



Anais da Assembléia

Nº 84

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 03 DE AGOSTO DE 1981

ANO VI

LEI:

LEI Nº 04/81

DATA: 21 de julho de 1.981.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública o GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA – OS BAM-BAS DO ASFALTO, com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 28, § 4º da Constituição Estadual, a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA – OS BAM-BAS DO ASFALTO, com sede e foro na Cidade de Cornélio Procópio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21 de julho de 1.981.

JOÃO MANSUR

Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 1.981

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Nilton Friedrich e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem nº 44/81

Curitiba, 25 de junho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio nº 7/81, celebrado em 3 de abril de 1981, entre o Estado do Paraná, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com a interveniência da Superintendência do Contrôlo da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras de controle da erosão no Noroeste do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 45/81

Curitiba, 25 de junho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 26 de maio de 1.981, ao Convênio n.º 37/80, celebrado em 15 de outubro de 1.980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o Município de Piraquara, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a execução de obras no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 46/81

Curitiba, 25 de junho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do primeiro termo aditivo datado de 14 de janeiro de 1.981, ao Convênio celebrado em 14 de fevereiro de 1.980 entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e da Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando conjugação de esforços dos Governos da União, do Estado e dos municípios para a execução do “Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis”.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa co-

lenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 47/81

Curitiba, 25 de junho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos datados de 27 de março de 1.981, aos Convênios de nºs 1 a 13, celebrados em 21 de março de 1.980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e, respectivamente, os Municípios de ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, Balsa Nova, BOCAIUVA DO SUL, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, COLOMBO, CONTENDA, MANDIRITUBA, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, RIO BRANCO DO SUL e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, com a interveniência da COMEC, objetivando a participação dos referidos municípios no "PROGRAMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO" composto do "PROGRAMA DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS PARA ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS" e "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 48/81

Curitiba, 25 de junho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio COMEC-027/80, celebrado em 31 de julho de 1.980, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, com o Município de PIRAQUARA, objetivando a aplicação de recursos do Fundo de Participação dos Estados no programa de recuperação da área do manancial do Rio Iraí.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 49/81

curitiba, 25 de junho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios nºs 28/80 a 40/80, celebrados em 15 de outubro de 1.980, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana, respectivamente, com os Municípios de ALMI-

RANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, Balsa Nova, BOCAIUVA DO SUL, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, COLOMBO, CONTENDA, MANDIRITUBA, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, RIO BRANCO DO SUL e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 50/81

Curitiba, 25 de junho de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios nºs 14/80 a 26/80, celebrados em 7 de julho de 1.980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e, respectivamente, os Municípios de ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, Balsa Nova, BOCAIUVA DO SUL, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, COLOMBO, CONTENDA, MANDIRITUBA, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, RIO BRANCO DO SUL e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, figurando como interveniente a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 51/81

Curitiba, 03 de julho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a extensão do pagamento da gratificação de regência, instituída pelo art. 10, da Lei nº 7099, de 8 de janeiro de 1.979, aos regentes de classe de ensino pré-escolar e aos auxiliares de regência de classe da 1ª série do Primeiro Grau. Visa, ainda, assegurar que tal gratificação será paga independentemente do Quadro que o beneficiário integre e do cargo efetivo que ocupe.

O plano de lei ora encaminhado a essa augusta Casa de Leis justifica-se plenamente se considerarmos que a finalidade da gratificação instituída é exatamente a de atrair e fixar o professor num nível de atuação que exige o maior empenho e interesse da Administração, qual seja, das quatro primeiras séries do Ensino de 1º Grau. Independentemente do cargo efetivo que ocupe o professor ou especialista de educação, é de todo interesse que ele seja atraído para atuar nesse nível, ainda que eventualmente com desvio de função - numa situação emergencial - como é o caso dos especialistas de educação. Por outro lado, no conjunto das quatro primeiras séries, é exatamente a 1ª série, a classe de alfabetização, que exige os maiores cuidados

da administração, razão pela qual é a única série para a qual se admite a utilização de auxiliares de regência.

A proposição de extensão da gratificação de regência aos professores que atuam no ensino pré-escolar é também plenamente justificável já que esta modalidade de educação vem merecendo, nos últimos anos, considerável impulso e atenção pela sua importância na determinação do desempenho eficiente do futuro aluno de 1ª série. É sabido que o próprio Ministério da Educação e Cultura vem estimulando crescentemente a implantação de classes de ensino pré-escolar. Por outro lado, a Secretaria da Educação tem se esforçado no sentido de qualificar adequadamente os professores que irão atuar nessas classes, deles exigindo a frequência a cursos de treinamento ou a cursos regulares de estudos adicionais.

Quanto à extensão do pagamento ao período de férias, parece evidente que não tem sentido suprimir-se da remuneração total do professor um provento que lhe advém do exercício efetivo da regência de classe exatamente no período que lhe é legalmente reservado ao descanso.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Farão jus à Gratificação de Regência de Classe de que trata o artigo 10 da Lei nº 7.099, de 8 de janeiro de 1979, além dos professores mencionados no referido dispositivo, os auxiliares de regência de classe da 1ª Série do 1º Grau e o pessoal do magistério em efetiva regência de classe no ensino pré-escolar.

§ 1º — O direito à gratificação independerá do Quadro ou Grupo Ocupacional a que o beneficiário pertença, bem como do cargo efetivo que ocupe.

§ 2º — A gratificação a que se refere este artigo será devida também nas férias imediatamente posteriores ao período letivo, na proporção correspondente à soma pelo número de meses do período letivo.

Art. 2º — O valor da gratificação de que trata esta lei será fixado por ato do Poder Executivo.

Art. 3º — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas à Secretaria de Estado da Educação.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 52/81

Curitiba, 3 de julho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a proceder, mediante decreto, à redistribuição dos cargos criados pela Lei nº 6.892, de 20 de julho de 1977, nas diversas séries de classes dos níveis de atuação do Quadro Próprio do Magistério, Grupos Ocupacionais MPP-100 e MPE-200, bem como transferir cargos entre os Grupos Ocupacionais do referido Quadro.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis se faz necessária porquanto, na sistemática atual, os cargos se acham distribuídos não apenas por classes funcionais e níveis de vencimento, mas também conforme os diversos níveis de atuação e grupos ocupacionais que compõem o Quadro Próprio do Magistério. A fixação do número de cargos segundo essas várias categorias tem sido obstáculo para que se proceda, de um lado a concessão do benefício das promoções automáticas por avanço vertical e, por outro lado, a admissão de novos

professores segundo os níveis de atuação mais necessários ao desempenho eficiente do sistema estadual de ensino. Evidentemente, o anteprojeto estabelece a medida cautelar de que as eventuais transformações de cargos estabelecidas por Decreto não poderão implicar aumento da despesa global admitida pela atual distribuição.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — O Poder Executivo poderá, sob proposta da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, proceder à redistribuição dos cargos criados pela Lei nº 6.892, de 20 de julho de 1.977, nas diversas séries de classes dos níveis de atuação do Quadro Próprio do Magistério, Grupos Ocupacionais MPP-100 e MPE-200, instituídos pela Lei Complementar nº 07/76, de 22 de dezembro de 1.976.

Parágrafo único - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a transferir, de acordo com as necessidades da Administração, cargos integrantes de um Grupo Ocupacional para o outro, dos que compõem o Quadro Próprio do Magistério, alterando-lhes a denominação, de conformidade com o Grupo Ocupacional para o qual forem deslocados e respectivo nível de atuação.

Art. 2º — As providências de que trata esta Lei serão processadas mediante decreto e desde que não impliquem em aumento de despesa.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 53/81

Curitiba, 03 de julho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que os professores de que tratam os artigos 118, 119, 121 e 123, da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1.976, serão enquadrados nas classes e níveis do Quadro Próprio do Magistério, especificados nos mencionados artigos e integrados no Grupo Ocupacional MPP-100.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis cuida da situação de professores efetivos que, no texto da Lei Complementar nº 7/76, receberam tratamento que deixa lugar a dúvidas quanto à sua real situação de enquadramento. De fato, segundo interpretação da Procuradoria Geral do Estado, os artigos 118, 119, 121 e 123 da mencionada Lei Complementar, mesmo quando determinam o pagamento de vencimentos equivalentes aos do Quadro Próprio do Magistério para os professores de que tratam, não autorizam o enquadramento desses professores, o que os exclui dos benefícios que o estatuto assegura a todos os professores do Quadro Próprio. Trata-se evidentemente de uma situação discriminatória, que o anteprojeto pretende corrigir.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Os professores de que tratam os artigos 118, 119, 121 e 123, da Lei Complementar nº 07/76, de 22 de dezembro de 1976, serão enquadrados nas classes e níveis do Quadro Próprio do Magistério, especificados nos aludidos

artigos, passando a integrar o Grupo Ocupacional MPP-100, nas Classes e Níveis de Vencimentos definidos nos referidos artigos, ficando, em consequência, extintos os respectivos cargos.

Parágrafo único — A Secretaria de Estado de Recursos Humanos, sob proposta da Secretaria de Estado da Educação, expedirá os competentes atos de enquadramento.

Art. 2º — Os enquadramentos previstos nesta lei só produzirão efeitos a partir da data da publicação no Diário Oficial do Estado, dos atos a que alude o Parágrafo Único do artigo anterior.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

OFÍCIOS:

Sob os nºs DTL/41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53 e 54/81, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

30/81: Do PODER EXECUTIVO, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 7.297 (Código de Organização de Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), o qual convertido em Lei tomou o número 7.461.— Anote-se. Arquite-se.

131/80: Do Senhor Deputado ROSÁRIO PITELLI, que doa ao Município de PRIMEIRO DE MAIO, o terreno que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.462.— Anote-se. Arquite-se.

15/81: Do Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a OBRA FILANTRÓPICA DAS IRMÃS FILHAS DA CRUZ, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.463.— Anote-se. Arquite-se.

02/81: Do Senhor Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA DE BANDEIRANTES, com sede na Cidade de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o número 7.464.— Anote-se. Arquite-se.

23/81: Do Senhor Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública o NÚCLEO SOCIAL EVANGÉLICO DE LONDRINA — NUSELON, com sede na Cidade de LONDRINA, o qual convertido em Lei tomou o número 7.465.— Anote-se. Arquite-se.

04/81: Do Senhor Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que declara de utilidade pública o TEATRO DE COMÉDIAS “DOM BOSCO” — TECOMBO, com sede na Cidade de CASCAVEL, o qual convertido em Lei tomou o número 7.466.— Anote-se. Arquite-se.

03/81: Do Senhor Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS DE PÉROLA — ARA, com sede e foro na Cidade de Pérola, o qual convertido em Lei tomou o número 7.467.— Anote-se. Arquite-se.

14/81: Do Senhor Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DOS USUÁRIOS PRODUTORES COMERCIANTES DA CEASA DE CURITIBA — ARUC, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.468.— Anote-se. Arquite-se.

10/81: Do Senhor Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE PESTALOZZI DE GUAÍRA, com sede e foro na Cidade de GUAÍRA, o qual convertido em Lei tomou o número 7.469.— Anote-se. Arquite-se.

01/81: Do Senhor Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, Chefe da Casa Civil, que declarou de utilidade pública a SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE CURITIBA, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.470.— Anote-se. Arquite-se.

191/80: Do Senhor Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM SAMARITANO — SASBS, com sede na Cidade de GUARATUBA, o qual convertido em Lei tomou o número 7.471.— Anote-se. Arquite-se.

194/80: Do Senhor Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a APAE — ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, com sede e foro em FRANCISCO BELTRÃO, o qual convertido em Lei tomou o número 7.472.— Anote-se. Arquite-se.

09/81: Do Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.473.— Anote-se. Arquite-se.

49/79: Do Senhor Deputado Ezequias losso, que cria o Município de SÃO JORGE, com os limites e confrontações do atual Distrito Administrativo de São Jorge, Município de ALTÔNIA, o qual convertido em Lei tomou o número 7.474.— Anote-se. Arquite-se.

INDICAÇÕES:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PDS, com assento nesta Casa, indico para compor a Comissão Especial que apreciará as Propostas de Emendas Constitucionais, de autoria dos nobres Deputados Luiz Gabriel Sampaio, Airton Cordeiro e Fidelcino Tolentino, os seguintes Deputados, como Membros Titulares:

ANTÔNIO COTRIM
AIRTON CORDEIRO
LUIZ GABRIEL SAMPAIO;

e os seguintes Deputados como Membros Suplentes:

LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA
JURANDIR MESSIAS
FRANCISCO ESCORSIN.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Formulamos, por este, a indicação dos Deputados José Tavares, Lineu Turra (Titulares), Nestor Baptista e Mário Celso (Suplentes) para compor a Comissão Especial para estudar o Projeto de Lei Complementar sobre o Estatuto da Polícia Civil do Paraná, como representantes do PMDB.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos o encaminhamento do assunto ao setor competente.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n.º 55/81, de autoria do nobre Deputado João Mansur, que visa autorizar a doação de área de terreno que especifica à FUNAI, para fins de construção de sua sede própria.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.981.

a) Francisco Escorsin.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n.º 81/80 que objetiva revogar o artigo 3.º da Lei 7.317 de 28.05.1.980.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.981.

a) Edilson Alencar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que a este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUEREM, em nome da Bancada do PDS seja consignada na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo trágico desaparecimento dos Srs. Thomaz Edison de Andrade Vieira, Claudio Enoch de Andrade Vieira, seus filhos Avelino, Fábio e Maurício e do Comandante Dalton Nicoletti.

O infausto acontecimento veio enlutar toda a sociedade paranaense que muito foi beneficiada pela operosidade dos ilustres Diretores do Banco Bamerindus do Brasil S.A.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.981.

a) Ezequias Losso.

APOIAMENTO: Erondy Silvério - Líder da Bancada do PDS.
Adalberto Daros - Líder da Bancada do PTB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do VEREADOR HORÁCIO JOSÉ RIBEIRO, no dia 30 de julho de 1.981, na cidade de UBIRATÁ.

Requer outrossim que após aprovado o requerido, seja dado ciência à família e à Câmara Municipal de UBIRATÁ.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.981.

a) Francisco Escorsin.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do VEREADOR DO MUNICÍPIO DE ASSAÍ, Sr. SHOZO KAWASE, ocorrido dia 25 de julho de 1.981, nesta Capital, requer outrossim, que após aprovado seja dado ciência à família do citado, na cidade de ASSAÍ, bem como à Câmara Municipal da citada cidade.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.981.

a) Francisco Escorsin.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na Ata dos Trabalhos

Legislativos um "Voto de Pesar" pelo falecimento do Sr. Afonso Edson Labiak ocorrido na cidade de Campo Mourão, dia 29 de julho de 1.981. Outrossim, requer, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à Família enlutada.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.981.

a) Darcy Deitos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata dos Trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento do SENHOR ÂNGELO ALBERTI, tronco de tradicional família, do Distrito de Bocaiuva do Sul, ocorrido naquele distrito em 11 de julho de 1.981.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.981.

a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata dos Trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido em nossa capital, do Sr. JOSÉ AGOSTINHO CUNICO.

Requer outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.981.

a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Edith Zanlorenzi Negrão, ocorrido dia 31 de julho do corrente ano, na cidade de Campo Largo.

Requer ainda, após aprovado o mesmo, seja dado ciência à família enlutada na pessoa do Sr. Raul Negrão, residente à Rua Clotário Portugal n.º 2628, no Bairro de Aparecida, naquele Município.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.981.

a) Carlos Zanlorenzi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, no último dia 27 de julho, do jornalista e escritor PROTÁSIO DE CARVALHO.

Radicado no Paraná há vários anos, PROTÁSIO DE CARVALHO foi fundador do jornal "A Tarde" além de redator no "O Dia". Notabilizou-se também, por sua posição no combate aos tóxicos, promovendo campanhas e escrevendo livros a respeito dos malefícios das drogas. Foi por isso condecorado pelos governos dos Estados Unidos e México.

Requer, outrossim, que se dê ciência do presente à família enlutada, na pessoa de sua esposa, D. Luiza Dominicis Carvalho em sua residência, à Rua João Evangelista Espíndola, 1129, no Jardim Social.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.981.

a) Nestor Baptista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo prematuro falecimento do Senhor Luiz Fernando Gomes, outrossim requer que da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1981.

a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA.

Luiz Fernando Gomes, prematuramente falecido no final do mês de julho, era político e empresário na cidade de Irati, onde obteve destaque graças a seus dotes de homem de constante trabalho, de cordialidade ímpar e de humanismo incontestes.

Filho do falecido Prefeito Edgard de Andrade Gomes, Luiz Fernando exerceu a vereança naquele município, vindo a falecer no exercício do cargo e na posição de Presidente da Câmara de Vereadores de Irati.

Na vida empresarial era dirigente da tradicional firma madeireira Emílio B. Gomes e Filhos S/A., e de inúmeros outros empreendimentos da família.

Como dirigente empresarial, Luiz Fernando Gomes era membro do Conselho das Indústrias do Estado do Paraná, vice-delegado da Federação das Indústrias do Estado do Paraná naquela região e Diretor Tesoureiro do Sindicato das Indústrias de Madeiras Irati.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar, em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento dos Senhores Tomáz Edison de Andrade Vieira, Cláudio Enoch de Andrade Vieira, Dalton Nicoletti e dos jovens Avelino, Fábio e Maurício, filhos de Cláudio Enoch de Andrade Vieira, todos vítimas do lamentável acidente ocorrido no último dia 24 de julho com o bimotor Sêneca pertencente ao Bamerindus.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1981.

a) DÁCIO LEONEL

Apoio: EDILSON ALENCAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário dos Transportes, Engenheiro NIVALDO ALMEIDA, encarecendo a importância da pavimentação do acesso à sede do Distrito de Turvo, Município de Guaraçuva, para a normalidade do trânsito, notadamente em dias chuvosos.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1981.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário seja encaminhado expediente ao Secretário da Cultura e Esportes, Deputado LUIZ ROBERTO NOGUEIRA SOARES, solicitando os estudos que se fizerem necessários com vistas a melhorias na praça de esportes do Município de Tuneiras do Oeste.

A medida virá atender justa reivindicação dos esportistas e munícipes daquele importante município.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1981.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor ALCENY GUERRA, Digníssimo Coordenador do INAMPS no Estado do Paraná, solicitando "DILIGÊNCIA" quanto ao atendimento médico-hospitalar aos trabalhadores rurais no Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1981.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Anexamos a presente fotocópia de denúncia enviada ao INAMPS pelo Sr. Laudelino Vergílio Oliveira, bem como declaração de outros segurados do FUNRURAL, os quais afirmam terem efetuado consultas com requisição do FUNRURAL e internados em hospital de propriedade do médico Rosevelt Gonçalves Virgínio como pacientes particulares, ao invés de serem internados no Hospital Geral de Barbosa Ferraz, este conveniado do FUNRURAL, e que recebe mensalmente do mesmo aproximadamente Cr\$ 500.000,00.

Diga-se ainda, que o referido médico Rosevelt Gonçalves Virgínio é o médico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cujo presidente é o Sr. José Lopes, os quais vêm se locupletando com os poucos recursos dos trabalhadores que procuram aquele sindicato para garantir os seus direitos, principalmente o direito de assistência médico-hospitalar. Urge portanto, que se tome medidas para que seja sanada de vez essa irregularidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais deste Legislativo, o anexo Editorial da "GAZETA MERCANTIL", de 30 de julho de 1981, com o título "Um dia de luto para o Bamerindus", artigo de fundo em que o importante jornal de economia e finanças destaca a vida e obra de Tomaz Edison de Andrade Vieira, Presidente do Grupo Bamerindus.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1981.

a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

Conforme salienta a "GAZETA MERCANTIL", Tomaz Edison era um devotado ao trabalho e um entusiasta da agricultura. Mas mesmo estes dois valores eram subordinados à convicção de que eles estavam a serviço da construção da democracia no Brasil.

Ele achava — diz o editorial da "Gazeta Mercantil" que somente através de uma agricultura forte se poderia pensar na construção de um regime político que resguardasse as liberdades, fundado num sistema capitalista sem adjetivos, como costumava dizer".

"Era também um banqueiro que não temia a palavra lucro e que, mercê da aposta na expansão da fronteira e da produtividade agrícola, tinha conseguido ao longo dos anos, o respeito e a proeminência que o BAMERINDUS ostenta atualmente, no mercado financeiro".

Diz mais de Tomaz Edison Vieira, o editorial da Gazeta Mercantil: "Sua atuação corporativa e política ficou evidenciada no último Congresso dos Bancos, realizado em maio, em Salvador. Nessa ocasião ele se caracterizou como uma voz corajosa contra a estatização da Economia, colocando-a como a antítese do desenvolvimento de uma economia de mercado saudável.

"Quanto ao Hábito brasileiro de recorrer ao Estado para solucionar conflitos que poderiam ser perfeitamente resolvidos na esfera privada, ele dizia: "Precisamos lutar contra isso abertamente, provando que o capitalismo é melhor".

"Num País freqüentemente marcado por perspectivas empresariais de curto prazo, em que se glorifica, com freqüência, a concessão, enquanto se exorciza, na própria empresa, o

lucro — nesse cenário Tomaz Edison e seus irmãos punham a proa do Bamerindus na direção do risco calculado e da busca da justa remuneração do risco”.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a constituição de Comissão Especial visando a elaboração de estudos para a continuação das obras do Estádio Estadual do Paraná — Pinheirão — interrompidas há vários anos. Esta paralisação é prejudicial ao futebol paranaense — a quem a obra se destina com prioridade — e aos que acreditaram no empreendimento e adquiriram cadeiras cativas, fazendo investimento financeiro que até hoje não teve o justo retorno. Sugere o autor que essa Comissão Especial seja composta por um representante deste Poder; pelo presidente da Federação Paranaense de Futebol; pelo Secretário da Cultura e do Esporte; pelo Presidente do Banco do Estado do Paraná e pelo Presidente da Empresa de Obras Públicas do Paraná. Desses estudos deverão resultar soluções que recoloquem no curso normal de construção essa obra tão importante para Curitiba e que tanta falta tem feito ao nosso principal esporte. A meta, portanto, é encontrar o caminho viável para a conclusão do estádio, mediante a adoção de providências que a Comissão julgar oportunas, necessárias e sabidamente exequíveis.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1981.

a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada a competente correspondência ao Doutor Jucundino Furtado, Diretor Presidente do BANESTADO S/A, solicitando providências no sentido de que seja instalada, com a máxima urgência, respeitando os trâmites legais, uma agência bancária, no recém criado Município de Douradina.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1981.

a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Formulamos tal pedido baseado na ciência que temos de que uma Comunidade necessita, e muito, de uma Agência Bancária para as suas transações comerciais, mormente no setor de financiamento agrícola, impulsionando o seu progresso.

Ora, vejamos mais detalhadamente o município em pauta: esse município recém criado mas ainda não instalado, possui potencial agrícola de real expressão no cenário paranaense, porém por não possuir uma Agência Bancária oficial, que deverá ser sustentáculo de suas transações financeiras, vê-se cercado dos múltiplos benefícios que poderiam advir com a ingerência de tal órgão na área.

À guisa de reforço deste nosso pedido juntamos os dados sócio-geo-econômicos do município, conforme segue:

ARRECADAÇÃO: 9.629.701

ÁREA TERRITORIAL — 260,24 km²

HABITANTES — Conforme Certidão do I.B.G.E. mais de 10.000 habitantes.

CONSTRUÇÕES

- a) — Sede — residenciais 810 edifícios;
comerciais 275 edifícios;
industriais 21.
- b) — Carborena
residenciais 125 edifícios;
comerciais 58 edifícios.
- c) — Vila Formosa
residenciais 74 edifícios;
comerciais 27 edifícios.
- d) — Indo-Ivaí

residenciais — 71 edifícios,

comerciais — 30 edifícios.

Num total de 1.491 construções, como outras inúmeras em fase de acabamento.

LOTES RURAIS

a) — Pequeno porte 67 lotes,

b) — Fazendas 21.

Sua cultura básica é o café (80%), intercalando-se com o cultivo de soja, trigo, amendoim etc..

Sua distância da Sede até a agência bancária mais próxima ultrapassa a 25 km.

Há muito tempo as lideranças, os produtores e os comerciantes locais clamam por esse benefício. Desta forma, face ao exposto e por outras razões que certamente são do conhecimento da instituição, vemos perfeitamente justificado o nosso pedido, que certamente encontrará eco na alta direção do órgão e rápida solução do problema.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa de todo o País tem noticiado, nos últimos dias, que já está praticamente certo o aumento de dois por cento nas alíquotas de encargos sociais descontados compulsoriamente dos empregados e dos empregadores, aumentando-se de oito para dez por cento o desconto da Previdência Social.

É inquestionável os reflexos negativos que mais esta medida eminentemente tecnocrata trará ao já desgastado salário do trabalhador e na sobrecarga de obrigações sociais e de impostos a que está obrigada a classe empresarial.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A classe política de todo o País não pode aceitar passivamente que se imponha mais esta medida. Aqui, nós representamos os anseios do povo. Desgastado ou não, a classe política está aqui para defender os interesses do trabalhador, as reivindicações do empresariado que se vêem agora na iminência do impacto de mais uma medida altamente impopular, seja pelos seus reflexos políticos ou econômicos e nós desta tribuna afirmamos que se, realmente, o desconto da previdência social passar de 8 para 10 por cento, o Senhor Ministro Jair Soares deve apresentar a sua renúncia em solidariedade à classe política brasileira que está protestando contra esta medida. Como político que é, o Deputado Federal e Ministro Jair Soares não pode aceitar mais esta imposição do Ministro do Planejamento, Delfim Neto, sem dúvida, um Ministro que não tem a sensibilidade e a qualificação técnica de um político para auferir, para sentir os anseios do povo brasileiro.

A Previdência Social, todos sabem, está envolvida em sérios problemas de déficit orçamentário. Mas, o povo brasileiro, o empresariado não podem pagar pelos erros que foram, que estão e que continuarão sendo cometidos na administração, na gerência de seus recursos. O povo brasileiro e o empresariado, não têm culpa se há uma previsão de déficit em torno de Cr\$ 500.000.000,00, porque se há o déficit, há o comprovante de que os recursos até agora arrecadados pela previdência, foram mal administrados, mal aplicados. E todos nós sabemos que foram, realmente, muito mal aplicados. Na Rua do Rosário, em Curitiba, há um prédio comprado pela previdência na base do duvidoso, porque o edifício está abandonado. O prédio condenado. Na Avenida Kennedy, há outro edifício, nas mesmas condições. Um negócio duvidoso. O prédio condenado. E foram gastos recursos de milhões de cruzeiros nesse negócio até hoje não esclarecidos.

Há 21 anos, a alíquota foi aumentada de sete para oito

por cento e essa elevação ocorreu, igualmente, para elevar os recursos da previdência. Hoje, nós temos como titular da Previdência Social um Ministro da classe política e nós como políticos do PDS, que dão sustentação aos atos do Governo, não podemos aceitar: primeiro, que a medida parta de uma exigência de um Ministro não político, no caso o Senhor Delfim Neto; e, segundo: que seja aceita por um Ministro da classe política. As consequências serão danosas em todos os sentidos, mas de todas, nos preocupa o que poderá ocorrer no setor de empregos. Certamente, a taxa de desemprego, que hoje é preocupante, sofrerá um impulso maior. Se for aprovado este aumento de dois por cento, o empregado de salário mínimo verá descontado do seu salário mais Cr\$ 135,46 para a previdência, enquanto que sua empresa descontará Cr\$ 1.600,00 para seu salário mais diminuído ainda, e o empresário vendo aumentadas as taxas das obrigações sociais. Vamos aguardar, admitindo a possibilidade de que exista, ainda, um pouco de sensibilidade nos tecnocratas dos Ministérios do Planejamento e da Previdência Social.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Que sejam as minhas primeiras palavras de saudação a toda Casa, funcionários, imprensa e colegas, para que esse novo período seja realmente iluminado, e que nós possamos aqui debater em alto nível, os problemas que aqui virão, e que, tenho certeza, serão muitos, principalmente pelo estado político que vivemos atualmente.

Mas, gostaria de pedir a colaboração de todos, e o apoio dos companheiros, para o pedido de informações que faço ao Sr. Luiz Roberto Soares, nosso colega de Assembleia, hoje Secretário da Cultura e Esportes, com referência ao Museu da Imagem e do Som.

Essa solicitação que faço é porque o Patrimônio Histórico Paranaense, hoje, vive num total descaso, e o Governo, muitas vezes, pratica o crime de omissão, porque uma série de filmes, um verdadeiro acervo, com mais de 300 latas de filmes importantes, alguns que datam de 1.930, alguns contando a história de Manoel Ribas, de Caetano Munhoz da Rocha e outros, estão sendo inutilizados por auto-destruição, pelo abandono que se pratica através do órgão da Secretaria da Cultura e do Esporte.

O "nitrate", inclusive, é de auto-combustão e laboratórios do Rio de Janeiro já foram incendiados, incêndios provocados pelo "nitrate" que é parte integrante desses filmes.

Aqui no Paraná, nós estamos sentindo o mesmo perigo, o mesmo risco de ver o nosso Patrimônio Histórico destruído pelo descaso e pelo despreparo de alguns que controlam o setor.

Do pedido de informações, na justificativa, nós citamos: (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado Pedido de Informações ao Senhor Luiz Roberto Soares, DD. Secretário da Cultura e Esportes, com referência às atividades do Museu da Imagem e do Som do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1981.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que dezenas de filmes que datam de 1930,

incluindo documentários e jornais da tela, estão apodrecendo e se tornando inúteis;

Considerando que filmes históricos que marcam a vida de Manoel Ribas, Caetano Munhoz da Rocha e outros, estão entrando em processo de auto-destruição pela falta de cuidado;

Considerando que um acervo com mais de 300 latas de filmes, alguns auto-inflamáveis (nitrate), estão incluídos no mesmo processo de auto-destruição;

Considerando que alguns filmes foram transferidos para a responsabilidade do Município de Curitiba, através do Cinemateca Guido Viaro;

Considerando que a referida Cinemateca, a exemplo do próprio Museu da Imagem e do Som não possui laboratório para este fim, dependendo de serviços de terceiros;

Considerando que a Cinemateca Guido Viaro, apesar do trabalho eficiente e elogiável, não conseguiu recuperar todos os seus próprios filmes, conforme registra a Revista Referência em Planejamento nº 13, edição "Arte do Paraná" nº 2, na sua página 20;

PERGUNTO:

- 01 - No entendimento desta Secretaria de Estado, qual a verdadeira e real finalidade do Museu da Imagem e do Som do Paraná?
- 02 - Quantos filmes se encontram arquivados atualmente no Museu da Imagem e do Som?
- 03 - Quantos filmes já foram recuperados pelo Museu e quais são estes filmes?
- 04 - Qual é o valor do custo para a recuperação de um filme histórico (tomando-se por base um filme de 16mm)?
- 05 - Qual a verba destinada ao Museu da Imagem e do Som para o ano de 1981?
- 06 - Quanto desta verba já foi gasto até o momento (julho de 1981) na recuperação de filmes?
- 07 - Quanto desta verba já foi gasto até o momento (julho de 1981) em publicidade ou promoção do próprio Museu?
- 08 - Quantas pessoas trabalham atualmente no Museu da Imagem e do Som, seus nomes e seus cargos?
- 09 - Além dos filmes, qual outro tipo de material que se encontra arquivado no Museu à disposição dos estudiosos?
- 10 - Em que data foi assinado convênio com a Cinemateca Guido Viaro para a recuperação de filmes?
- 11 - Baseado em que proposta o convênio foi firmado, já que a exemplo do próprio Museu, a Cinemateca não possui laboratório próprio para a recuperação dos filmes, dependendo de trabalho de terceiros?
- 12 - Quantas placas de fotografias, ou melhor, placas de negativos de fotografias foram perdidas, destruídas por fungos (mofo) e de que época ou ano datavam estes documentos?

Então, dependendo dessa resposta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós passaremos a exercer nova ação fiscalizadora que se refere à cultura e o esporte no Paraná, principalmente agora que estamos na incumbência de presidir esta Comissão nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Cotrim, inscrito.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O recesso parlamentar do mês de julho significa para o político, mormente na fase transitória por que passa a vida política-partidária nacional, um valioso período de reorganização de idéias, de reformulação de conceitos e, reavaliação de

princípios, afora a possibilidade que oferece para que o Parlamentar possa percorrer o interior e entrar em contato mais direto com suas bases eleitorais, ouvir o que pensa e o que anseia o trabalhador, o estudante, a dona de casa, o empresário, o professor, enfim o que pensam e anseiam todos os brasileiros.

Ao retornarmos às atividades parlamentares, neste segundo semestre, voltamos cientes dos problemas que afligem o povo e ciosos da nossa constitucional responsabilidade de, conhecendo os problemas, apresentarmos propostas que facilitem as suas soluções.

Embora reconheça a necessidade de tratarmos de assuntos como: reforma eleitoral; maneira como realizar eleições em 1982, continuidade do processo de abertura democrática; existência de sublegenda, etc., vejo com prioridade os problemas do dia a dia de cada brasileiro. Muita gente não está interessada em saber se vai ou não haver eleições em 1982; não está interessada em saber se haverá ou não sublegenda; não está interessada em saber se haverá ou não coligação partidária. Está interessada em saber se vai ter o que comer amanhã, está interessada em saber como vai efetuar o pagamento do pessoal da empresa no fim do mês, está interessada em saber se sua empresa vai sobreviver até o final do ano, até o final do mês.

Conhecer estes problemas e procurar encontrar soluções acredito ser a missão do Parlamentar consciente, do Parlamentar que reconhece que todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido; missão do Parlamentar que não usa a tribuna só para protestar ou para bajular, mas faz uso de seu mandato para expor com clareza e independência a sua convicção, o seu ponto de vista.

Entretanto, a consciência de que a todos nós compete a responsabilidade de encontrar meios capazes de compatibilizar os anseios da Nação com as dificuldades do País, parece não ser o princípio usado pelos tecnocratas do Governo Federal.

Parece-nos que a tecnocracia utiliza seu precioso tempo e sua imensa capacidade não para solucionar problemas do povo, problemas da Nação, mas desperdiça tempo e capacidade para encontrar fórmulas milagrosas para cobrir e encobrir as incompetências administrativas e os déficits das autarquias, das instituições, dos ministérios.

Revolta-nos e revolta a todos a incoerência e a insensibilidade reinante no mundo dos tecnocratas, que rodeados de mordomias, desconhecem o grande sacrifício a que está submetida toda a Nação, num esforço supremo de construir uma sociedade justa, progressista e humana, objetivo maior de todo e qualquer governo democrático.

Parece que ninguém está interessado em cobrir os déficits das empresas privadas, nem tampouco do orçamento de milhares de famílias, ou em encontrar uma maneira de compensar os enormes prejuízos sofridos pelos agricultores com as últimas geadas, mas existe um batalhão de tecnocratas preocupados em resolver o déficit da Previdência Social.

Quando todo e qualquer brasileiro sabe que enfrentamos um quadro recessivo nas atividades econômicas, quando verifica-se um alarmante aumento do índice de desemprego, quando se vê aumentar o número de empresas em processo concordatário ou falimentar, quando o BNH anuncia um aumento de setenta e três por cento na prestação da casa própria, sufocando ainda mais o já insuficiente orçamento familiar, quando se fala em combater com prioridade a galopante inflação, surgem os ilustres tecnocratas e apresentam uma sensacional solução:

- Solução para os problemas da Nação?
- Não, apenas solução para o déficit da Previdência Social.
- E qual a solução apresentada?
- A mais simples possível. Aumentar o percentual da alíquota de recolhimento do INPS de oito por cento para dez por cento, sobre as folhas de pa-

gamento.

Ora Sr. Presidente, Srs. Deputados. Qualquer primeirista de curso de Economia ou de Administração daria uma solução mais oportuna, menos imoral e mais decente, que consistiria em:

- 1) aumentar a oferta de empregos;
- 2) aumentar o nível salarial dos trabalhadores.

Qualquer das duas medidas ou ambas geraria um aumento considerável na arrecadação da Previdência Social, suficiente para cobrir o déficit existente.

A sugestão dos técnicos, além de ser incoerente neste momento, quando a prioridade do Governo é o combate à inflação, vem onerar não somente os trabalhadores brasileiros como vem penalizar aquelas empresas que oferecem maior número de empregos e portanto, colabora com a maior absorção de mão-de-obra, sendo beneficiadas aquelas empresas que se utilizam de maior tecnificação e menor aproveitamento de mão-de-obra.

Já disse em outra ocasião e repito: "Administram este País como se fosse uma empresa chamada BRASIL S/A".

Mas há uma enorme diferença entre administrar e governar. Administrar é uma tarefa eminentemente técnica. Governar é uma missão nobre, responsável e sobretudo humana.

Propostas dessa natureza só podem ter partido de pessoas que desconhecem ou fingem desconhecer a realidade do País.

Confiante nas qualidades de Governante e no alto espírito de justiça e equilíbrio do Presidente João Figueiredo, é que apelamos para o arquivamento definitivo do projeto que prevê o aumento da contribuição previdenciária de oito por cento para dez por cento.

O momento exige que seja feito um redobrado esforço, não para salvar apenas a Previdência Social da insolvência, mas para salvar toda a Nação brasileira da grave situação em que se encontra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não tinha eu a intenção de, nesta tarde, usar da palavra, todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu, ao chegar a este plenário e ao prestar atenção e ao ouvir alguns pronunciamentos feitos por Deputados do Governo, senti a necessidade de vir à tribuna, para estranhar, Sr. Presidente, e, não consigo, na verdade, entender a posição de alguns homens que representam o povo nesta Assembléia.

Vi o Deputado José Domingos ir à tribuna nesta tarde, chamar o Ministro da Previdência de tecnocrata, quando, na verdade, o ilustre Ministro é Deputado do Rio Grande do Sul, possível candidato ao Governo daquele Estado; falou e quis, talvez, que entendêssemos de que o problema previdenciário do País seria imposição do mal maior deste país, o Ministro do Planejamento; falou de que o empresariado não tem culpa por erros cometidos; falou do déficit da Previdência neste País.

Vi a seguir, o Deputado Antônio Cotrim ir à tribuna e queixar-se do desemprego neste País, queixar-se da má administração do Governo Federal, sem sequer um deles haver citado a má administração do Governo Estadual.

Coloca-se a culpa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no Governo Federal, como o tem feito o Sr. Paulo Pimentel, neste Estado, que, negociou, que fez do meu Partido, balcão de negócios, e, vem à televisão todas as noites, dizer que o problema da inflação é problema do Governo Federal, como se ele, como Deputado não assegurasse a maioria a esse mesmo Governo, lá

na Câmara dos Deputados.

Portanto, Sr. Presidente e meus caros colegas, as posições aqui colocadas não as levo muito a sério porque, tanto a Bancada do PDS nesta Assembléia quanto a Bancada do PDS na Câmara Federal assegura - e infelizmente - estabilidade ao Governo do Estado e a estabilidade ao esquema nacional do Partido do Governo.

Por isso entendo que toda a vez que um Deputado do Governo venha reclamar das coisas mal feitas neste País, das coisas mal feitas neste Estado, deve pedir a bênção ao Sr. Governador do Estado, pedir a ele, não aqui, porque aqui só tem feito, só tem dito amém, a verdade é essa.

Somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem ter que pedir a bênção a ninguém, nós estamos aqui também para hipotecar o nosso irrestrito apoio ao posicionamento dos ilustres companheiros de Partido, Deputados José Domingos e Antônio Cotrim, que mencionaram em seus discursos, a incompreensão da sociedade brasileira, com referência ao aumento da alíquota de contribuição para o Instituto Nacional de Previdência Social, e se enganam aqueles que apressadamente imaginam que há necessidade neste Partido, que é tão democrático quanto os demais, que há necessidade de estarmos atrelados a opiniões superiores, para que manifestemos desta tribuna, o nosso posicionamento.

Mas venho basicamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a esta tribuna nesta hora, para defender a Constituição de uma Comissão Especial que terá por finalidade elaborar estudos visando a continuação das obras do Estádio Estadual do Paraná, o Pinheirão. E o faço com a tranqüilidade de sempre, porque, então vereador à Câmara Municipal de Curitiba, apresentávamos em 1977, uma sugestão à Prefeitura de Curitiba, no sentido de que aquelas obras fossem transformadas num centro olímpico de esportes, e, dadas as peculiaridades climáticas de Curitiba, se construísse aqui, um estádio coberto, com capacidade reduzida, a fim de que nós pudéssemos adequar esse estádio, às condições muito particulares a da Capital do Paraná.

Como não prosperou aquela nossa iniciativa, face às dificuldades financeiras do Município de Curitiba e do próprio Estado, nós como que vimos postergados quase que definitivamente, os interesses daqueles paranaenses que compraram, atendendo a um grande apelo publicitário, cadeiras cativas no Estádio Estadual do Paraná, numa fase em que a Federação Paranaense de Futebol era dirigida por um visionário que imaginava ser possível se construir aqui um estádio com uma capacidade absurda, de 126.000 torcedores.

São vários anos em que as obras estão paralisadas. O ferro, o concreto, o terreno, o dinheiro, a credibilidade, tudo o que se investiu naquele estádio, merece hoje uma restauração e é por isso tudo, e especialmente por aqueles que acreditaram no empreendimento, que nós estamos propondo a criação de uma Comissão Especial, dela fazendo parte, um representante da Assembléia Legislativa do Estado, o Presidente da Federação Paranaense de Futebol, o Secretário da Cultura e do Esporte, o Presidente do Banco do Estado do Paraná, e o Presidente da Empresa de Obras Públicas do Paraná.

Devo lembrar aos Srs. Deputados, que não há outro caminho para se concluir o estádio, sem que se tenha a preocupação de executar o seu projeto original, que prevê capacidade para 126.000 torcedores, se não houver o decidido envolvimento do poder público, através de um órgão que financie a construção do Pinheirão, e neste caso, o Banco do Estado do Paraná.

Devo lembrar também, que no Estado de Pernambuco, o Banco de Desenvolvimento daquele Estado, acaba de firmar con-

trato com dois clubes particulares, financiando a construção dos seus estádios. E, nós estamos aqui preocupados em propor e em apelar, que se concretize tão somente, um negócio em termos comerciais, sem que o Governo tenha que, exclusivamente, arcar com o ônus da construção do "grande estádio" mas, para que, se desencalhe esta questão e para que se mostre realmente, o respeito que nós temos por aqueles que compraram cadeiras e que não têm o justo retorno do seu investimento. Tiveram, na verdade, a sua boa intenção fraudada pelos visionários da época que imaginavam o "Pinheirão".

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo do Estado, encaminhou à Assembléia Legislativa, uma Mensagem propondo o abono do funcionalismo público. Tenho para mim, Sr. Presidente, que para esta Mensagem ser conscientemente analisada, há a necessidade de chegarem a esta Casa, algumas informações complementares que não vieram no bojo da referida Mensagem.

Em assim sendo, estou encaminhando um Pedido de Informações à Secretaria das Finanças, para que informe ao Poder Legislativo, dados que reputo de importância fundamental para a apreciação dessa matéria. Conforme foi amplamente noticiado e reiteradamente confirmado pela Secretaria de Finanças, no exercício de 1980, o Estado fechou o seu balanço financeiro com um razoável "superavit". Em recente pronunciamento do Tribunal de Contas do Estado, o Governo foi autorizado a aplicar no mercado financeiro as cifras monetárias que estiverem paralizadas no Tesouro do Estado.

Várias notícias têm circulado pela imprensa, do montante que o Governo do Estado tem aplicado no mercado financeiro. Uma delas, Sr. Presidente, da "Gazeta do Povo", de 9 de junho de 1980, diz o seguinte:

"O Governador Ney Braga, pode se dar ao luxo de afirmar que comanda o mais rico Estado do País. Ele acaba de determinar a seus Secretários de Finanças e de Planejamento, que apliquem em ORTN, os nove bilhões de cruzeiros disponíveis nos cofres do Estado, oriundos de arrecadação tributárias acima das necessidades de uso, ou seja, o Paraná está faturando mais do que precisa - um caso raro no Brasil."

Todavia, pela Mensagem 55/81, de 27 de julho último, o Sr. Governador do Estado é quem afirma:—"nosso orçamento demonstra que as despesas de capital, quase todas, são feitas com recursos oriundos de empréstimos". E mais, a exposição de motivos da referida Mensagem firmada pelo Secretário dos Recursos Humanos, tem afirmado: "subsiste ainda a necessidade de viabilização de recursos suplementares, os quais, somados à demanda decorrente da presente proposição da ordem de dois bilhões de cruzeiros, alcançam um valor próximo de cinco bilhões para equacionar a cobertura dos dispêndios adicionais com pessoal."

Assim, Sr. Presidente, se efetivamente, for verídica a notícia de que o Estado tem aplicado nove bilhões de cruzeiros do Tesouro Estadual, estaria faturando mensalmente, um rendimento mínimo de mais de quinhentos milhões de cruzeiros de receita extra-orçamentária. Ora, se a aplicação ocorreu em maior e até 30 de outubro, quando se propõe o Governo a pagar o pretendido abono, haveria uma receita orçamentária mínima na ordem de mais de três bilhões de cruzeiros. Vale dizer: o Estado do Paraná estará pagando o abono do seu funcionalismo e sobrando dinheiro. Eis que este abono, conforme a própria Mensagem diz, não ultrapassará a Casa dos dois bilhões de cruzeiros.

Assim, para uma apreciação idônea e consciente da Men-

sagem, são indispensáveis as presentes informações. Mesmo porque até o momento não se sabe, qual tem sido o comportamento do corrente exercício financeiro.

E o meu requerimento, Sr. Presidente, está vasado nos seguintes termos: (lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja aprovado pelo Plenário, o seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES, endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, e vazado nos seguintes termos:

- 1) Qual o montante monetário que o Governo do Estado do Paraná tem aplicado no mercado financeiro?
- 2) A partir de que data foram iniciadas as operações; em que estabelecimentos financeiros se realizam; quais as modalidades de aplicações e quais os resultados até aqui conseguidos?
- 3) Qual tem sido o comportamento da receita estadual, no corrente exercício financeiro?

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1981

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

- I - Conforme foi amplamente noticiado e reiteradamente confirmado pela Secretaria das Finanças, no exercício financeiro de 1980, o Estado do Paraná fechou seu balanço com razoável "superavit" de arrecadação.
- II - Em recente pronunciamento do Tribunal de Contas do Paraná, o Governo do Estado obteve permissão para aplicar no mercado financeiro, as cifras monetárias que estiveram paralizadas no Tesouro Estadual.
- III - Notícias várias, dão conta de vultosas somas que foram aplicadas, como por exemplo esta:

"O Governador Ney Braga pode se dar ao luxo de afirmar que comanda o mais rico Estado do País. Ele acaba de determinar a seus Secretários de Finanças e Planejamento que apliquem em ORTN os nove bilhões de cruzeiros disponíveis nos cofres do Estado, oriundos de arrecadação tributária acima das necessidades de uso. Ou seja, o Paraná está faturando mais do que precisa. Um caso raro no Brasil".

(Gazeta do Povo de 09/06/80).

- IV - Pela Mensagem 55/81, de 27 de julho último, que pretende concessão de abono ao funcionalismo estadual, o Sr. Governador do Estado é enfático em afirmar:

"Nosso orçamento demonstra que as despesas de capital, quase todas, são feitas com recursos oriundos de empréstimos".

E mais, que a exposição de motivos da referida Mensagem, afirma ser necessária suplementação orçamentária, ao prescrever:

"... subsiste a necessidade de viabilização de recursos suplementares, os quais, somados à demanda decorrente da presente proposição, da ordem de dois bilhões de cruzeiros, alcançam um valor próximo de Cr\$ 5,1 bilhões, para equacionar a cobertura dos dispêndios adicionais com pessoal".

- V - Assim, se efetivamente aplicados os nove bilhões o Tesouro Estadual, estaria faturando mensalmente um rendimento mínimo de mais de quinhentos

milhões. Ora se a aplicação ocorreu em maio, até 30 de outubro quando se propõe o Governo a pagar o pretendido abono, haveria uma receita orçamentária extraordinária mínima da ordem de mais de três bilhões, vale dizer, o Estado do Paraná estará pagando o abono de seu funcionalismo e sobrando dinheiro, eis que este, conforme acentua a Mensagem não ultrapassa a casa dos dois bilhões.

Assim, para uma apreciação idônea e consciente da Mensagem 55/81, são indispensáveis as presentes informações, mesmo porque, até o momento, e oficialmente, não se sabe o comportamento da receita estadual no corrente exercício.

Esta, Sr. Presidente, eu reputo de fundamental importância, para que efetivamente a Casa possa apreciar a Mensagem do Abono Estadual. Porque confirmadas as notícias da Imprensa, o Governo do Estado na realidade nada mais estaria fazendo do que devolver ao funcionalismo público, uma receita extraordinária que ele está conseguindo com a aplicação do dinheiro que está em caixa.

Aliás, Sr. Presidente, diga-se a bem da verdade, boa parte desse dinheiro, oriundo do pagamento atrasado, de uma parte dos professores.

Por isso, reputo de fundamental importância, de que essas informações venham, para a Casa ter consciência realmente, do mérito, da oportunidade e também da capacidade do Estado em dar este abono.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

Havendo declinado, está anotada sua inscrição para amanhã.

Concedo a palavra ao Deputado Gilberto Carvalho. Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel. Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

Ausente, está encerrado o Grande Expediente.

Consulto a Liderança do PMDB se deseja fazer uso da palavra no horário que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, nos primeiros dez minutos, fará uso da palavra o Sr. Deputado Nestor Baptista, e nos restantes cinco minutos, falará o Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Recentemente nos dias: 3, 4 e 5 de julho, ocorreu em Porto Alegre, o Encontro do Extremo Sul, do PMDB, encontro este do qual participou a Liderança do PMDB nesta Casa, através do Deputado Nelson Friedrich.

E na tarde de hoje, às seis horas mais precisamente, nas redações de todos os jornais do País, teremos a leitura de um documento, leitura esta que farei neste instante:

"EM DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA

Há 30 dias, em Porto Alegre, a Justiça Militar condenava

quatro jornalistas do "Coojornal" — Osmar Trindade, Carlos Guimarães, Elmar Bones e Rosvita Saueressig - determinando a imediata prisão dos dois primeiros por terem "antecedentes criminais". Os "antecedentes" eram dois processos com base na Lei de Imprensa: um deles está em fase inicial de instrução e, no outro, ambos foram absolvidos.

Os nossos companheiros foram julgados e condenados com base no código Penal Militar, embora haja, em nosso País, tribunais e leis civis aptos a julgar presumidos crimes de imprensa.

A razão do processo e da condenação foi uma reportagem do "Coojornal", órgão da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, que divulgou documentos elaborados pelo Exército, há dez anos, sobre o combate à guerrilha, no Vale da Ribeira (São Paulo), e sobre a perseguição, captura e morte do ex-capitão Carlos Lamarca, no interior da Bahia. Tais documentos eram classificados como secretos, embora não se possa negar que são parte integrante da História Contemporânea do País, o que levou ao indiciamento e condenação dos quatro companheiros na legislação militar.

Posteriormente, graças a uma decisão do Supremo Tribunal Militar, os dois companheiros presos obtiveram o direito de recorrer da condenação em liberdade.

H O J E, neste momento, em todo o Brasil, os Sindicatos de Jornalistas Profissionais e a Federação Nacional dos Jornalistas estão levando aos locais de trabalho esta mensagem, lida às dezoito horas, exatamente no 30º dia do julgamento dos companheiros gaúchos.

Or jornalistas brasileiros, através da Federação Nacional dos Jornalistas e de seus 25 Sindicatos espalhados pelo País, vêm denunciar à Nação que não se sentem seguros para desempenhar suas funções em plena liberdade.

O alvo inicial foram as bancas de jornais de todo o País, explodidas e incendiadas por terroristas jamais identificados pelo Governo. Depois, os mesmos terroristas explodiram as redações e oficinas de "Tribuna da Imprensa", "Hora do Povo", "Tribuna da Luta Operária" e "A Tribuna", de Vitória, além de sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.

Virou rotina a apreensão, pelo Governo, de jornais alternativos. Foram iniciados, em todo o País, processo contra jornalistas e jornais, por divulgarem notícias e críticas com independência. Depois de indiciamentos na Lei de imprensa - que é, na realidade uma lei "contra a imprensa" - partiu o Governo para o enquadramento de jornalistas na Lei de Segurança Nacional. Claramente, busca-se implantar o medo para aplacar a crítica e, através da força, obter o silêncio.

No momento, vinte e quatro jornalistas brasileiros são processados com base na Lei de Segurança Nacional, em tribunais militares.

A Federação Nacional dos Jornalistas, interpretando o sentimento dos 17.000 jornalistas brasileiros, afirma categoricamente que o julgamento de jornalistas pela justiça militar não se coaduna - nem se coadunará jamais - às normas de qualquer democracia.

Entende também que, paralelamente aos indiciamentos, processos, bombas e ameaças, segue não havendo liberdade de imprensa no País, com empresas sendo pressionadas economicamente pelo Governo, com emissoras de rádio e televisão sendo controladas pelo esquema da concessão governamental e a imprensa alternativa sendo reprimida por todos os meios violentos - inclusive o arbítrio da lei.

Rejeitamos a escalada repressora que está sendo armada contra os jornalistas e a imprensa do Brasil, porque ela visa a calar a independência da Nação, pretende iludir o povo, tenta encobrir a verdade, imagina manter relativa a liberdade - tudo em benefício dos donos do poder.

Liberdade de Imprensa - total e inequívoca - não é neces-

são do poder constituído à Nação supostamente agradecida, mas norma elementar e sagrada de democracia. Não há como falar de democracia enquanto os jornalistas são presos, os jornais são apreendidos e as bancas são explodidas. Não haverá democracia enquanto houver leis de exceção que ameaçam o livre exercício do direito de informação e opinião.

Os jornalistas brasileiros querem uma ordem constitucional justa e democrática, onde a imprensa seja livre para expor seus pontos de vista e os jornalistas não trabalhem sob a diuturna ameaça da drástica Lei de Imprensa, da Lei de Segurança Nacional e até mesmo, absurdo dos absurdos, do Código Penal Militar.

A consciência cívica da Nação está cansada do arbítrio. Queremos uma democracia onde a liberdade de imprensa não seja uma dádiva dos donos do poder, mas um direito inalienável do conjunto da sociedade brasileira.

Em 03 de agosto de 1981.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS
JORNALISTAS PROFISSIONAIS"

Repito, Sr. Presidente, documento este que será lido, hoje, em todos os jornais do País, nas redações, às 18,00 horas.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Nos cinco minutos restantes, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Participamos da reunião do PMDB de Londrina, na última sexta-feira, no auditório da Associação Comercial.

Ali estivemos em companhia do companheiro José Tavares, dos Senadores José Richa e Leite Chaves; dos Deputados Federais Álvaro Dias, João Olivir Gabardo, Osvaldo Macedo, Hélio Duque; dos Prefeitos de Cambé, de Ibiaporã, de Florestópolis, de Sertãozinho, de Cornélio Procopio; dos ex-Prefeitos da ARENA, hoje no PMDB, de Primeiro de Maio, Alfeu Garcia; Levi Vieira, de Jaguapitã e Vereadores de toda aquela região; reunião para filiação do Vereador Homero Oguido.

Oguido que é Presidente da Câmara de Vereadores, trouxe, ao nosso Partido, mais de mil e duzentas filiações da colônia japonesa, além do irrestrito apoio das 32 principais lideranças da colônia. Ao se dirigir à plateia de mais de 600 pessoas, Homero Oguido, emocionado, comentou que a filiação ao PMDB foi o passo mais certo de sua vida. E criticou também o assédio de homens do Governo que lhe ofereceram propostas excepcionalmente vantajosas para que continuasse no PDS.

Mas, Homero Oguido, dentro de sua retidão, rechaçou todas essas propostas, pois já tinha feito a sua opção partidária. Fosse por dinheiro, fosse pelos dez milhões de cruzeiros que o Palácio Iguaçu ofereceu, Homero teria permanecido no PDS, fosse pela conta bancária, no Banco do Estado do Paraná, para gastar o que fosse necessário na campanha, Homero teria permanecido no PDS. Mas, Homero Oguido optou pelo PMDB e, na última sexta-feira, ele acabou se filiando.

A Câmara Municipal de Londrina é composta por 21 membros, sendo 15 Vereadores do PDS, 3 do PP e 3 do PMDB. O PMDB tem o Presidente, na pessoa de Homero Oguido e a vice-Presidência da Câmara, na pessoa de Vera Manella Cordeiro, o que prova a força do PMDB numa Câmara de 15 homens do Governo, o PMDB tem a Presidência e a vice-Presidência.

Na mesma reunião, filiaram-se ao PMDB representantes de diversos sindicatos de classe. E todos foram unânimes em afirmar que, se antes o PMDB vencia as eleições em Londrina,

agora com as expressivas adesões, o PMDB sente-se mais fortalecido, revigorado, sem a presença dos oportunistas, dos demagogos, das prostitutas da política, dos corruptos.

Londrina terá uma participação ativa nas eleições de 82, para o Governo do Estado e Senado da República.

G Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência não é sério em política!

O SR. FIORI LUIZ — Em Londrina, José Richa conta com a significativa margem de setenta por cento nas prévias, sendo que Álvaro Dias conta com a mesma porcentagem. Além das adesões em Londrina, o PMDB de Rolândia também se fortalece, Eurides Moura e Johny Lemon desfiliaram-se do Partido Popular e ingressaram no PMDB, na área de influência de Londrina, o Partido deverá ganhar todas as Prefeituras, e terá a maioria em todas as Câmaras de Vereadores. Isto é fruto do trabalho da classe política de Londrina, notadamente e reconhecidamente a maior força oposicionista paranaense que, inclusive possui o candidato do PMDB ao Governo, José Richa.

Queremos, portanto, registrar neste início dos trabalhos do segundo semestre, Sr. Presidente, a força do PMDB, que se irradia por todos os cantos do Paraná e que fatalmente levará ao Palácio Iguaçu, em 83, o nome de José Richa!

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em nome da Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Havia solicitado um aparte ao Deputado que me antecedeu, porém, realmente acho que nem merece um aparte, pelas barbaridades, pelas palavras usadas, pelos envoltimentos levianos que o Deputado tenta fazer, acho que realmente seria uma perda de tempo mexer com coisa que não é séria!

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A História deve ser estudada, repensada. No século XVIII, por exemplo, a Coroa portuguesa pretendeu implantar impostos extras nos bolsos dos mineiros e conseguiu com isso fomentar a Inconfidência. Até agora, ao que tudo indica, os tecnocratas que estão instalados em Brasília não tiveram tempo para estudar devidamente a nossa História.

Se esse episódio tivesse sido estudado pelo Ministro Delfim Neto, por exemplo, hoje não estaríamos diante de uma aberração tão grande como a que se pretende implantar agora, por intermédio do Congresso Nacional: a elevação da contribuição para a Previdência em dez por cento e a fixação em 60 anos da idade limite para a aposentadoria.

Senhor Presidente, Senhores Deputados!

Deve chegar esta semana ao Congresso uma Mensagem do Governo Federal instituindo o que os tecnocratas chamam de "medidas práticas para evitar a falência do sistema previdenciário no Brasil". Os Senadores e Deputados Federais deverão ser pressionados pelo Governo Federal para aprovar tais medidas, mesmo sendo contrários a elas.

Acredito, como Vice-Líder do Governo Estadual nesta Casa, que é chegada a hora de todos os Parlamentares darem um basta a situações esdrúxulas como esta. Independentemente de partido, todos nós estamos sendo chamados para nos manifestarmos contrários a mais esta tentativa de se utilizar uma solução paliativa para se resolver um problema gravíssimo que não envolve questões de matemática, mas implicações de ordem filosófica.

Está na hora de mudar a estrutura da Previdência Social que é reconhecidamente falha em todo o País. Pessoas continuam morrendo nas filas do INAMPS, em busca de consultas médicas; outras recebem hoje menos do que o salário-mínimo de aposentadoria, as nomeações de assessores do Ministério da Previdência não obedecem a critério técnico, mas à vontade do

Ministro Jair Soares de ser governador do Rio Grande do Sul.

A Previdência Social está falida. O Ministro Jair Soares estima que, este ano, movimentando um orçamento de um trilhão, oitenta bilhões e setecentos e trinta e seis milhões de cruzeiros, a Previdência deixará um déficit de noventa e nove bilhões de cruzeiros. Isso representa mais do que a importância a ser gasta com a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Mas, onde está o "furo" nas contas da previdência? Quem provocou as dívidas do INPS, INAMPS e IAPAS? Certamente não foram os trabalhadores brasileiros e não é preciso ir muito longe para descobrir: os responsáveis pelo déficit da previdência são aquelas empresas ou contribuintes que há muitos anos não pagam o INPS e que já tiveram seus nomes mais de uma vez divulgados pela imprensa. E o que o Ministério da Previdência Social faz para cobrar estas dívidas? Isso é o que gostaríamos de saber do Sr. Jair Soares. Como também gostaríamos de saber porque a Previdência Social mantém dois hospitais em Curitiba adquiridos com o dinheiro público e que se encontram desocupados há vários anos, sem utilização.

A imprensa nacional está cansada de publicar a contabilidade do INPS é uma verdadeira bagunça, que ninguém se entende e nem mesmo os números reais do déficit são conhecidos. Segundo o Ministro Jair Soares, as dívidas da previdência são oriundas da lei salarial em vigor, que obrigou o INPS a reajustar acima de seus ganhos as pensões dos inativos. Mas, por que o Governo Federal não realizou estudos mais profundos da nova legislação salarial, antes de colocá-la em prática, impedindo o mergulho da Previdência Social nestas dívidas? Por que este é o País dos tecnocratas, o País dos laboratórios, onde primeiro se experimenta e depois se aplica ou não. E a cobaia é exatamente o trabalhador brasileiro, sobre quem recai, no final das contas, a culpa de todos os erros cometidos por aqueles que não estão habilitados a governar um País, principalmente em se tratando de um setor tão vital como a previdência.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, volto a pedir o apoio de todos para uma iniciativa que estamos apresentando a esta Casa, nesta segunda sessão do novo período legislativo.

Trata-se de um requerimento, solicitando o envio urgente de manifestação desta Assembléia dirigida às bancadas da Câmara Federal e Senado, pedindo que todos os partidos se manifestem contrariamente ao chamado "pacote previdenciário" que, se for efetivamente implantado, virá somente a onerar ainda mais o trabalhador brasileiro, que já está submetido a um regime de pobreza jamais visto ao longo de toda a nossa História.

G Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Com muita honra e com muito prazer, meu nobre Líder.

G Sr. Erondy Silvério — Lamento interromper o seu raciocínio mas quero me congratular com Vossa Excelência, porque o assunto que traz à tribuna é realmente dos mais palpitantes na atualidade.

Isso demonstra mais uma vez, que o homem público, representante do povo, embora pertencendo ao Partido do Governo, não há necessidade de ficar umbilicalmente ligado ao Governo, aplaudindo as medidas erradas e aquelas que se constituem num deserviço à comunidade brasileira. A obrigação do político participar de um Partido é da lei. Nós optamos pelo PDS, Partido que apoia efetivamente o Governo nas boas ações, mas é um Partido que deve ter independência, independência que Vossa Excelência está mostrando na tarde de hoje. E eu não só me associo às críticas que Vossa Excelência faz com relação ao pretendido aumento das contribuições da Previdência Social, mas como também vou fazer um pronunciamento nesse sentido, dar a minha opinião, e acho que todos os homens do PDS devem em uníssomo protestar junto à nossa Bancada

no Congresso, ao Presidente da República, porque o povo brasileiro não pode mais ser onerado com mais essa carga tributária, porque isso em última análise, vem ainda aumentar e agravar o problema do desemprego no País, que hoje já é uma questão palpável, que ninguém mais pode negar que existe realmente uma mini recessão.

Congratulo-me com Vossa Excelência, principalmente pela independência, o que demonstra que os Deputados do PDS não apoiam as medidas erradas do Governo, ao contrário do que se disse hoje nesta Casa, que todas as medidas erradas do Governo, levam o aval, levam o endosso da nossa Bancada. Absolutamente, nós apoiamos aquilo que no nosso entendimento é correto, é justo e é a aspiração do povo.

Obrigado e meus parabéns a Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Líder Erondy Silvério e complemento, apenas dizendo o seguinte: aparentemente são posições esdrúxulas dizer-se que o Partido que dá apoio político ao Governo, discorde desse mesmo Governo, mas não podemos explicar de uma forma muito simplista que seria essa, porque o País todo sofre uma transformação política institucional, onde se procura uma abertura política que se leve a um sistema plenamente democrático.

Então é exatamente essa fase tumultuada, borbulhante, difícil, complicada que atravessa o País, é que pode parecer, à primeira impressão, de serem posições esdrúxulas. Não vou ao absurdo de algum companheiro nosso que tenha afirmado, e divulgado pela imprensa, que o nosso Partido teria que para enfrentar as próximas eleições, a próxima batalha eleitoral, de traduzir ou levantar bandeiras tidas como de Oposição, para angariar votos e simpatias.

Isso eu acho uma aberração inominável, mas eu acho que devemos nos comportar, apesar desse tumultuado quadro partidário brasileiro, de acordo com as nossas convicções pessoais, porque se nós fôssemos fazer uma análise computadorizada, séria e sem erro do quadro político, realmente nós encontraríamos distorções em todos os quadros.

Talvez a História daqui a 30, 50 anos venha a julgar esse período e tirar desse período, cenas cômicas, porque o que nós vemos ultimamente a nível de uma dança partidária e de convicções partidárias, uma verdadeira brincadeira.

Então, justamente, só se explica esse tumulto que o País vive hoje, em função desta fase difícil que atravessa e que nós esperamos, mercê de deus e da boa vontade dos políticos e do povo brasileiro, desague isso num regime estável, democrático e que possa ser o objetivo final — uma melhoria bastante acentuada da vida do trabalhador brasileiro.

Agora, vou ler o teor do requerimento que apresento a esta Casa. (Lê):

“Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente às lideranças das bancadas de todas as agremiações partidárias no Senado e na Câmara Federal, solicitando que estas se manifestem contrariamente ao chamado “pacote previdenciário”, que deve chegar esta semana ao Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1981.

a) GABRIEL SAMPAIO

Vice-Líder do PDS

JUSTIFICATIVA:

Não se pode atribuir ao trabalhador brasileiro a culpa pela má administração da Previdência Social, que tem hoje um déficit estimado em noventa e nove bilhões de cruzeiros. Estas dívidas foram contraídas em parte pelo fornecimento de recursos da Previdência às empresas de medicina privada.

Não é justo que o Governo venha avançar ainda mais no minguido salário do trabalhador brasileiro, já devorado parcial-

mente pela parafernália tributária do Governo Federal (FGTS, IR, PIS-PASEP, ICM e outros impostos), deixando de cobrar as dívidas de grandes empresas e grupos econômicos fortes.

Por outro lado, não se pode admitir a implantação da aposentadoria somente aos 60 anos de idade. Para a média de vida do brasileiro, a aposentadoria aos 35 anos de serviço é mais do que razoável. Não se deve neste instante modificar o critério para o benefício, sob pena de serem prejudicados milhões de trabalhadores em vias de completar seus 35 anos de atividades profissionais.”

O Sr. Nestor Baptista — Concede-me um aparte Deputado?

Serei breve Deputado. Apenas, querendo cumprimentá-lo pelo brilhante discurso, é o primeiro motivo do meu cumprimento. E o segundo, para saber qual é a mágica que o nobre Deputado faz,^a para criticar aquele mesmo sistema, aquele mesmo Governo que ele defende?

Meus parabéns.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — A mágica é muito simples; não aprovo e não compactuo com uma série de medidas tomadas pelo Governo Federal, que por estarmos em um Regime Federativo às vezes entre aspas, eu apoio totalmente o Governador Ney Braga, que eu considero um dos grandes homens públicos, e que deverá na minha opinião e do meu Partido, ser o próximo Presidente da República. E que irá, de uma forma definitiva, reconduzir este País a uma trilha democrática e de justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra no horário reservado ao PP, ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fiz algumas anotações ao estar de regresso da região Norte do Paraná, onde pude visitar diversos municípios e sentir de perto o terrível drama que se abateu sobre o Estado, face as geadas, e do prejuízo violento, ocasionado à cafeicultura e também as demais lavouras, em especial ao trigo, ao girassol, ao feijão.

Mas há uma preocupação, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uma preocupação muito grande no Norte do Paraná, com referência às áreas plantadas com café, uma vez que pelo desencanto do preço mínimo, da antecipação de preço e de tantas lutas, que o café tem enfrentado, há também o grande perigo de que tenhamos uma erradicação do café superior aos índices previstos.

Erradicação que será terrível, não do aspecto da cafeicultura; mas porque indiscutivelmente o café continua sendo no Norte do Estado, a maior fonte de mão-de-obra da nossa agricultura. E isto vai fazer com que os pobres da lavoura se transformem amanhã nos miseráveis das favelas.

Mas dentro deste quadro, dramático, indiscutivelmente, nós também podemos sentir todo o Norte do Paraná, chorando e lamentando o terrível desastre ocorrido com o bimotor, Sêneca do Bamerindus e que tinha a bordo além do piloto, Dalton Nicoletti, os Diretores, Presidente e Vice-Presidente, daquele banco, Thomaz Edson de Andrade Vieira e Cláudio Enoch de Andrade Vieira além dos Filhos de Cláudio, Avelino, Fábio e Maurício.

É uma tragédia que veio atingir duramente a sociedade paranaense. Onde não se pode negar os extraordinários serviços prestados ao nosso Estado e ao nosso País, já desde Avelino Vieira e agora através de seus filhos.

Apresentamos e vários requerimentos foram apresentados hoje nesta Casa, pedindo para que, da Ata dos trabalhos desta sessão, conste o pesar desta Casa Legislativa.

Srs. Deputados, outro assunto trazido à tribuna, me faz lembrar bem uma expressão que talvez eu pudesse dizer, de que estou de acordo com o entendimento, acho correto, aplaudo,

mas voto contra.

Entendo que nós precisamos viver uma fase mais real, mais positiva, mais clara, mais séria.

Esta história de apenas criticar, de estar no Governo e criticar o Governo, não é o bastante. O bastante é estar no Governo, criticar o Governo, mas votar também nas decisões contra o Governo e em favor do povo.

Não adianta falar-se em tecnocratas instalados em Brasília. Deveríamos isto sim perguntar, qual será realmente a legítima posição dos Srs. Senadores e Deputados Federais do PDS, por ocasião da votação do pacote Previdenciário.

Basta que voltemos um pouco no tempo e no espaço e nos lembremos que este mesmo Congresso, com os mesmos representantes do PDS não tiveram coragem de votar nem a favor deles, na devolução das prerrogativas ao Congresso. Covardemente fugiram. E eu pergunto: hoje o que nós temos ouvido por aí? Temos ouvido as explicações de Ministros como Jair Soares e Delfim, dizendo que precisam fazer já, porque se deixarem para o ano que vem pode atrapalhar os resultados das eleições. Este é o País, Srs. E esta tem sido a tônica também, das vibrantes reuniões do Partido Governista pelo interior. E pau no Governo onde dá; crítica ao Governo em todos os cantos.

E o maior protótipo das críticas do Governo e o Sr. Prefeito do Município de Londrina, o mesmo que, através de uma cadeia da Rede Globo, ontem, ou anteontem, fez um pronunciamento de 15 minutos pela televisão, para tentar preparar o caminho da possível sublegenda que venha a ocupar dentro do Partido governista.

E quanto custou?!

Veio fazer o quê?

E o que tem feito em Londrina e no Norte do Paraná? Londrina e o Norte sabem: as mais violentas e contundentes críticas sobre todos os homens do Governo e sobre todos os Ministros.

Entendo assim que não basta independência para criticar; nós queremos que haja independência para votar; independência para falar a linguagem do povo no Congresso. É esta a independência que se cobra, e não o "amém" a todas as posições que até aqui têm sido tomadas.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência e devo dizer o seguinte: Vossa Excelência toca num ponto fundamental do que vai ser a próxima campanha política.

Há um adágio popular de que "a mentira tem pernas curtas". E eu acredito de que esta campanha que durará um ano e meio, ela será suficiente para o povo ver, realmente, quem está mentindo.

Nós assistimos diariamente nos jornais, os homens bravos e valorosos defensores do PDS. E, hoje, realmente este qualificativo é muito importante: bravo e valoroso defensor do PDS. Porque não é mole defender um Governo que não tem nada a ser defendido.

Agora, Deputado Dácio Leonel, na realidade, o povo não vai se deixar enganar por esta dualidade de posições. Para se conquistar o povo, se é favorável ao povo. Mas, nas medidas administrativas, nas medidas políticas, nas medidas de Governo, se vota contra o povo.

Agrada-se, bajula-se demagogicamente. Combate-se o Governo para conquistar o voto do povo. E, depois, quando se usa um mandato, conseguido com uma linguagem oposicionista, vai-se votar favorável ao tecnocrata, ou, o que é mais grave, se omite, fuge-se, não se assume o compromisso assumido em praça pública.

Acredito que a mentira tem pernas curtas, e os que estão mentindo, os que são do PDS não têm a coragem de assumir essa posição e defender o Governo, que eles, simplesmente, dão

sustentação. Porque a grande verdade é que o PDS, como a antiga ARENA, não é Governo, apenas sustenta este Governo, apenas dá cobertura a este Governo.

Portanto, a mentira tem pernas curtas, e nós temos muito tempo, o povo tem muito tempo para ver de que isto, falar em Oposição, sem ser Oposição é uma grande mentira.

Muito obrigado.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Cumprimento Vossa Excelência pelo assunto que traz à tribuna. E, especificamente, nesta pretendida disposição do Ministro Delfim Neto e Jair Soares, de fazerem o aumento da contribuição de oito para dez por cento sobre os salários, lembra-me uma grande jogada de "marketing".

E, mais especificamente, lembro-me da história do bode, do antigo bode que, numa determinada família, esta vivia reclamando que seu apartamento era muito pequeno. Aí o administrador dos apartamentos, de tanto o homem "encher", pegou e deu um bode para morar com aquela família. Uma semana depois, a família não podia mais morar com o bode porque virou um inferno, e foi lá pedir ao administrador para retirar o bode. Retirado o bode, a família nunca mais reclamou de que o apartamento em que vivia era pequeno.

Assim, o PDS faz a jogada do Delfim Neto. Diz que vai aumentar. Todo o PDS, todas as "Cassandras" se levantam e dizem: "Somos contra". E a pressão quer será exercida, como disse o eminente Líder do PDS, de que "todos os homens do PDS devem se posicionar contra", já faz parte de uma jogada para tentar enganar o povo.

Mas, o povo é sábio, Deputado Dácio Leonel, e saberá separar o joio do trigo, como sabe separar o óleo da água.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Enfoco este problema porque, realmente, entendo que, quando chega à esta Casa, um requerimento pedindo que façamos um expediente às bancadas de todos os partidos, tenho a impressão que aqui deveríamos, isto sim, aprovar um expediente desta Casa, pedindo à Bancada do PDS que vote contrariamente ao "pacote previdenciário".

Porque não se pode, nesta altura dos acontecimentos, entender ao menos admitir, ainda que de longe, que possam as Oposições que estão na luta pelo povo, vir a votar favoravelmente a esta barbaridade que se comete.

Acho até que se numa votação, nossa Bancada tomasse posição, votando favoravelmente, poderíamos até admitir, por hipótese que, alimentássemos qualquer esperança de que um oposicionista, viesse a votar favoravelmente a mais essa barbaridade que o Governo comete exatamente em cima de quem? Em cima do empregado. E sob a alegação de que o empregado é quem tem que pagar, porque é ele que utiliza a Previdência. Porque, se fosse em cima do empregador, o empregador repassaria e, em consequência, repassando nos custos, faria com que aumentasse mais ainda a inflação.

Estas são na verdade, as explicações que não se entende.

Li, ainda ontem, um rápido pronunciamento do Senador Jarbas Passarinho. E ele mesmo acha que essa não é a solução. Então, não entendo mais nada. Porque ele ou é um dos homens mais importantes na Liderança governista e, ex-Ministro da Previdência, e diz que essa solução é paliativa, que não vai resolver, que vai complicar mais socialmente. Mas, a verdade é uma só: será que todas essas vozes irão se levantar em favor do povo? Defendendo o povo? Não é permitindo que tenhamos aprovação deste pacote?

Aí ficam as dúvidas e as indagações e a posição que tomamos é exatamente por esse motivo, por entendermos que é chegada a hora de, realmente, falarmos a linguagem verdadeira, a

linguagem que possa representar aquilo que pensamos. Não vamos usar mais, porque é muito antiga, aquela expressão "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço".

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, queria apenas abordar rapidamente o aspecto levantado pelo nobre Deputado Gabriel Sampaio, quando dizia, referindo-se a Curitiba, que temos dois hospitais fechados e nenhuma providência foi tomada.

E fica também nossa indagação: o que é que alguém, aqui nesta Assembléia Legislativa, que dá apoio ao Governo, fez para que isso fosse solucionado?

Temos também um hospital, em Piraquara, que foi construído com o dinheiro do IAPAS, dinheiro, portanto da Previdência, e está lá o hospital fechado.

Já falamos sobre isso desde 79, e não vimos até agora, providência alguma.

Recentemente, em Curitiba, tivemos uma clínica descenciada pelo INAMPS, porque havia um desvio — acredita-se — até de 200 milhões de cruzeiros. E o médico dessa clínica que deveria estar na cadeia, continua aqui em Curitiba, na alta sociedade, participando das maiores festas governistas, inclusive, no nosso Estado.

Por isso mesmo que, quando fiz o breve aparte ao Deputado Gabriel Sampaio, é que o cumprimentava pela explanação que, realmente, no papel é muito bonita, mas não posso entender qual é o segredo de se criticar tanto, e depois, ser o defensor. Porque, na hora da votação, como bem lembrou o Deputado que ocupa a tribuna, ninguém vota contra.

Se tivéssemos aqui, nesta Casa, uma tentativa do Executivo de aumentar a alíquota do ICM, se fosse um pedido do Governo, tenho absoluta certeza que nenhum Deputado do Governo votaria contrário, porque seria para atender o Estado que passa por grandes dificuldades.

Não sei até quando vai perdurar essa farsa que muitos homens da Situação, hoje estão querendo impingir ao povo, de, criticar o Governo, mas, ao mesmo tempo, defender. Não sei até quando! Eis que estamos a um ano e meio das próximas eleições! Essa gente tem que ter não só um denodo muito grande, mas, tem que ter uma coragem — para não dizer uma "cara de pau" — muito grande!

O SR. DÁCIO LEONEL — Concluirei no último minuto, apenas dizendo que, efetivamente nós estamos vivendo aquele "despachinho" muito comum — muito comum — "estou de acordo"; aliás, recentemente o Deputado Oswaldo Macedo num projeto de sua autoria, recebeu um parecer de um Senador do PDS, mais ou menos assim: "Estou de acordo, acho a idéia válida (e etc.) mas, voto contra".

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Novamente, como me expressei no início desta Sessão, não desejava, no dia de hoje, usar a tribuna nem no Pequeno Expediente, nem no horário reservado às Bancadas, nesta Assembléia Legislativa, mas, em função do que ouvimos nesta tarde, pronunciamentos colocados, da tribuna desta Assembléia, em função agora do requerimento do ilustre Deputado e companheiro Gabriel Sampaio, é que pela segunda vez, nesta sessão, venho à tribuna, para talvez repetir o que já disse na primeira oportunidade, em que falei, no horário reservado ao Pequeno Expediente.

Acho e entendo, que não haveria necessidade de o Deputado requerer envio de Expediente aos Líderes das Bancadas de

todos os Partidos, deveria, talvez, e existe nesta Assembléia, número necessário para que se aprove requerimento de autoria do Deputado Gabriel Sampaio solicitando envio de Expediente, ao Líder do PDS, da Bancada do PDS no Congresso Nacional; entendo que os Partidos de Oposição votarão contra esta medida. E mais fácil ainda: o PDS neste Estado conta, me parece, com 15 Deputados Federais no Congresso Nacional; com uma diferença entre as Bancadas das Oposições e do PDS, me parece, de cerca de três Deputados, os Deputados do Paraná "salvariam a pátria". Todavia, ao que me parece é o que eu disse no começo, e a estória do bode, bem lembrada pelo Deputado Darcy Deitos, repete-se sempre aqui. Por isso, se vim novamente, à tribuna, foi para pedir ao Deputado Gabriel Sampaio que retire esse requerimento, para que não se faça demagogia com o que o Governo pretende fazer. Se ameaça e se dá a condição ao Partido do Governo de, talvez, como "salvador da pátria", fazer com que essa medida anunciada pelos Ministros, não tenha validade. Talvez, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aconteça até e já ouvi um "zum-zum" aqui nesta Assembléia de que o abono mandado pelo Senhor Governador do Estado, a partir de outubro, seja um engodo para a Oposição e que a Bancada do PDS nesta Assembléia, emenda a Mensagem, como salvadora da Pátria, para dar a partir de 1.º de setembro. Não nos iludamos. Vamos esperar para ver se isto acontece, para provar que mais uma vez se procura enganar o funcionário, como estão procurando enganar agora o trabalhador brasileiro.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Agradeço em primeiro lugar o seu alto espírito democrático, Deputado Adalberto Daros, porque há pouco ocupava a tribuna um Deputado de outro Partido que não o de Vossa Excelência, que não nos permitiu a honra de apartear-lo. Por isso o meu agradecimento ao espírito do seu Partido que é o PTB.

Em primeiro lugar, acho que em Parlamento nenhum e muito mais do que isso, em sistema nenhum e em especial, numa parte da História desse País que vive hoje tantos problemas de ordem institucional, não existe nada, nenhum código não escrito em que a Oposição deve fazer isso e a Situação deve fazer isso. Não existe isso e eu só posso entender dessa forma, que a revolta que alguns companheiros nossos aqui desta Casa, levantaram suas vozes com exemplo, indo buscar até bodes para dar exemplo, só pode ser porque nós apresentamos antes de Vossas Excelências. Talvez estejamos — já que hoje é dia dos ditados populares, — tirando a "boca da botija", e deixe eu deixar o meu escrito aí nos Anais dessa sessão de hoje, porque a impressão que dá, é que tem que existir o que deve a Oposição fazer, e o que deve a Situação fazer.

Nunca disse amém. Tenho tranqüilidade para vir nesta tribuna, para apartear Vossa Excelência, para dizer que nunca disse amém na minha Bancada. Nos 8, 7 anos em que sou Deputado, nunca disse amém para Governo algum. Então eu posso, tenho a hombridade moral, tenho altura moral, eu tenho passado político para vir aqui e propor o que eu quiser, porque o meu mandato de Deputado é igual a todos os demais. Não está escrito em lugar algum o que devo ou não fazer, apenas a minha consciência é que dita o que devo ou não fazer e será até o fim dos meus dias como parlamentar ou homem público.

Portanto Senhor Deputado, não retiro o meu requerimento. O problema da minha Bancada Federal, é um problema que não me afeta particularmente, e acho que o seu Partido como o meu Partido são Partidos inconsistentes e esta opinião eu já declinei na tribuna nesta Casa, dezenas de vezes, acho o sistema partidário brasileiro, uma palhaçada nacional que todo o mundo aceita. Já falei várias vezes que a Oposição está nesta Casa fazendo o jogo do Governo, eu estou aqui fazendo o jogo do Governo com uma intenção.

O SR. ADALBERTO DAROS — Se Vossa Excelência permite, Vossa Excelência diz que a Oposição está fazendo o jogo

do Governo? Vossa Excelência me exclua então, como vou pedir a Vossa Excelência que exclua o meu Partido dessa palhaçada e se esta Assembléia aqui aprovar este requerimento do PTB,, pequenininho é verdade, mas digno ...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Acho um dos Partidos mais dignos e inclusive Vossa Excelência tem demonstrado um denodo acima da média nacional, porque todos já saíram do PTB e Vossa Excelência permaneceu. Acho isso realmente um exemplo de perseverança e crença na bandeira do ex-Partido Trabalhista Brasileiro e que hoje é revivido por Vossa Excelência no Paraná. O cumprimento nesta oportunidade, inclusive por isso, porque se fosse outro, Deputado, Vossa Excelência teria saído já, porque os grandes líderes nacionais abandonaram essa legenda, e acho, inclusive, sem razão alguma para isso.

Mas, para complementar o meu raciocínio, acho que não há nenhum código repito, que diga o que eu devo ou não devo fazer, porque se nós formos analisar a Oposição brasileira como um todo, Deputado Adalberto Daros, vamos ver que a maioria está lá por conforto, por ser mais fácil angariar votos, a maioria está lá não combatendo o sistema não, está querendo a alteração do poder, quer ser governo, não quer mudar nada.

O SR. ADALBERTO DAROS — Nós ficaríamos debatendo e discutindo este problema, a tarde toda. Vou pedir a Vossa Excelência uma coisa só. A sua Bancada tem número suficiente para aprovar esse requerimento. Caso aprovado eu peço a Vossa Excelência que exclua de mandar isso aqui ao pequeno Partido lá do Congresso. Ao pequeno Partido do PTB, que não se mande, porque nós estamos conscientes de que é uma palhaçada o que se pretende fazer.

O Sr. Gabriel Sampaio — O pedido de Vossa Excelência representa o de seu Partido, então, será atendido.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço. Tem o aparte o Deputado Darcy Deitos.

O Sr. Darcy Deitos — Gostaria de dizer a Vossa Excelência, em cima do que o nobre Deputado Gabriel Sampaio nos disse, que nós o respeitamos como Parlamentar, de que - “o hábito faz o monge” e, “o uso do cachimbo é que faz a boca torta”.

O SR. ADALBERTO DAROS — Muito obrigado.
Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo sr. Deputado Nelson Friedrich, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial para estudar o Projeto de Lei Complementar — Estatuto da Polícia Civil do Paraná.—

Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial que apreciará as Propostas de Emendas Constitucionais, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Gabriel Sampaio, Airtton Cordeiro e Fidelcino Tolentino.—

Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24/81, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que acresce inciso que especifica ao Artigo do Regimento Interno. (comissão de Defesa do Consumidor). Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO EXECUTIVA, com EMENDA por unanimidade.— **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 33/81, (Mens. Govern. n.º 37/81), que aprova os termos de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, com os municípios aqui nominados, objetivando a construção e/ou recuperação de instalações sanitárias de abastecimento de água em escolas rurais.— **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 05/81, (Mens. Govern. n.º 03/81), que aprova o termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte e os municípios aqui nominados, conforme as datas especificadas, visando a aplicação de recursos na implantação de Módulos Esportivos nos referidos municípios. **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 17/81, (Mens. Govern. n.º 18/81), que aprova o convênio de cooperação SEMP n.º 162, celebrado pelo Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, com o Município de Cerro Azul, objetivando a construção e equipamento de um mini-posto de Saúde, na localidade de Caraguatá, no referido município.— **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 29/81, (Mens. Govern. n.º 32/81), que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a conjugação de reforços dos Governos da União, do Estado e dos Municípios, para a execução do “Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, com apoio dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Thomaz Edson de Andrade Vieira, Cláudio Enoch de Andrade Vieira e seus filhos Avelino, Fábio e Maurício e do Comandante Dalton Nicoletti.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Fernando Gomes.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Protásio de Carvalho.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, com o apoio do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Thomaz Edson de Andrade Vieira, Cláudio Enoch de Andrade Vieira, Dalton Nicoletti e dos jovens Avelino,

Fábio e Maurício.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Edith Zanlorenzi Negrão, ocorrido na Cidade de Campo Largo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Agostinho Cunico, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ângelo Alberti, ocorrido em Bocaiúva do Sul.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso Edson Labiak, ocorrido na Cidade de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Lei nº 55/81.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador do Município de Assaí, Senhor Shozo Kawase.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Horácio José Ribeiro, ocorrido na Cidade de Ubatã.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 81/80.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE, à ITAIPU BINACIONAL, Furnas, Centrais Elétricas S/A e ELETROBRÁS.— **Aprovado.**

O SR. GABRIEL SAMPAIO —(Pela ordem) — Sr. Presidente, requereu verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação).

9 Srs. Deputados o aprovam;

4 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resoluções nºs 24, 25, 26, 28 e 29/81.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

DECRETO LEGISLATIVO N.º 288/81

atribuir ao funcionário JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Liderança do PDS, no período compreendido entre 1.º de abril a 31 de dezembro de 1981. (Protoc. 5738/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 289/81

autorizar IVO MACHADO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete da Liderança do PMDB, no período compreendido entre 29 de maio a 31 de dezembro de 1981, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 082/81. (Protoc. 4261/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 290/81

conceder o auxílio para compensar diferenças de caixa, de que trata o Art. 201, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, fixando-o em cinco por cento (5%) sobre o valor dos respectivos vencimentos básicos, ao funcionário CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, matrícula n.º 386, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 06 de abril de 1981. (Protoc. 5069/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 291/81

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 303/77, na parte que se refere ao funcionário DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO, matrícula n.º 353, que designou o mesmo para exercer as funções de Chefe da Seção de Registro Contábeis, do Departamento de Finanças;

II — revogar o Decreto Legislativo n.º 303/77, na parte que se refere ao funcionário SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO, matrícula n.º 172, que designou o mesmo para exercer as funções de Chefe da Divisão de Contabilidade, do Departamento de Finanças;

III — revogar o item III, do Decreto Legislativo n.º 203/79, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Controle Financeiro, do Departamento de Finanças, o funcionário EDU LIBERTI, ma-

trícula n.º 243.

(Protoc. 5391/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 292/81

designar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem as funções conforme especifica, junto ao Departamento de Finanças, a partir de 30 de junho de 1981, percebendo as vantagens inerentes ao cargo:

DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Dirceu Gonçalves Cordeiro - Mat. 353

DIVISÃO DE CONTROLE FINANCEIRO DO PESSOAL

Sebastião de Lima Cardoso - Mat. 172

SEÇÃO DE CONTROLE DE DOTAÇÕES

Antônio Carlos Dantas - Mat. 304

(Protoc. 5391/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 293/81

designar JOSÉ AFONSO COELHO, matrícula n.º 391, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Empenho e Controle, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 22 de junho de 1981.

(Protoc. 5116/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 294/81

autorizar MARIA ANGÉLICA MOREIRA e ENEDUAR FALLEIRO PINTO NUNES, ora à disposição deste Poder, a prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no período compreendido entre 1.º de abril a 31 de dezembro de 1981, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 082/81.

(Protoc. 5701/81)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03/08/81.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Portarias:

O DIRETOR GERAL ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 502/81

constituir Grupo de Trabalho, nos termos do inciso XX, do Art. 3.º, do Decreto Legislativo n.º 573/67, de 29 de novembro de 1967, presidido pelo Diretor

Geral e composto pelos funcionários adiante indicados, na forma que especifica, para prestarem serviços na elaboração da "Proposta Orçamentária", da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1982, percebendo gratificação especial de acordo com o Art. 172, alínea VI, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970:

SUPERVISOR

Wilson Kaiel

COORDENADOR GERAL

Ronaldo Baptista

COORDENADOR DO O.P.I.

José Olímpio Sotto M. Macedo

COORDENADOR DO O.P.A.

Luiz Antônio Caron

SECRETÁRIO DA COMISSÃO

Ayrton Alves Aranha

ASSESSORIA TÉCNICA

Aimoré Od Rocha

Reginaldo Fanckin

Manoel Aguiar Filho

Antônio Carlos S. de Lacerda

Laertes Luiz Foggiao

Luciano Lacerda Filho

Gabriel Luiz Franceschi

Walter Adão Pinto de Macedo

MECANÓGRAFOS

Ricardo Sabóia Khury

Wilians Rolando Romanzini

Alberto Carazzai Neto

Luiz Carlos Molinari

DIAGRAMADORES

Manuel Fernandes Maia Júnior

Edmir Enézio da Silva

Rubens Boschi Maia

Mário Henrique da Cruz

Nelson Augusto Araújo

ATENDENTES

José Guilhermino Filgueiras

Alston Xavier da Silveira

Ezequias Moreira Rodrigues

Sílvio Neves da Rocha

Farid Luiz Guérios

Gabinete da Diretoria Geral, em 16/06/81.

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral

PORTARIA N.º 597/81

revogar a Portaria n.º 366/78, que lotou no Gabinete da Consultoria Legislativa, o funcionário LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, matrícula n.º 145, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 15 de maio de 1981.

(Protoc. 6008/81)

PORTARIA N.º 598/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, ao funcionário CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, matrícula n.º 386, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 5823/81)

PORTARIA N.º 599/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ANTÔNIO GULBINO, matrícula n.º 164, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 17 de outubro de 1975 e 17 de agosto de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro. (Protoc. 5088/81)

PORTARIA N.º 600/81

prorrogar a permanência neste Poder, até 31 de dezembro de 1981, do funcionário ENÉAS MANSUR, designando-o para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral. (Protoc. 6039/81)

PORTARIA N.º 601/81

designar JOAQUIM ROBERTO MUNHOZ DE MELLO, matrícula n.º 028, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assem-

bléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 1.º de julho de 1981.

PORTARIA N.º 602/81

designar, DIETER RANDOLF LUDEWIG, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como datilógrafo, no Gabinete do Deputado Antônio Cotrim, a partir de 12 de junho de 1981.

(Protoc. 4468/81)

PORTARIA N.º 603/81

designar, ELIZABETH CRISTINA MARTINS, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços como datilógrafa, no Gabinete do Deputado Cyro Martins, a partir de 15 de junho de 1981.

(Protoc. 3661/81)

PORTARIA N.º 604/81

designar, PEDRO PAULO GLOCK, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como datilógrafo, no Gabinete do Deputado Adalberto Daros, a partir de 16 de julho de 1981.

(Protoc. 3469/81)

PORTARIA N.º 605/81

designar, RAFAEL JULIANO LÚCIO MACHADO, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como datilógrafo, no Gabinete do Deputado José Tadeu Lúcio Machado, a partir de 29 de junho de 1981. (Protoc. 2934/81)

PORTARIA N.º 606/81

I — revogar a Portaria n.º 020/81, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Francisco Escorsin, o funcionário VINÍCIO TORTATO SOBRINHO, ora à disposição deste Poder; e,

II — designar o funcionário acima citado, para prestar serviços no Departamento de Finanças, até 31 de dezembro de 1981.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29/07/81.

a) PAULO DE TARSO OLIVEIRA ABBAS
Diretor Geral